



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
62ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 11 DE MARÇO DE 2017

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Início: 08h15m

Término: 12h02m

1 PRESENCAS:

1.1 MEMBROS DO CAU-MT: VICE-PRESIDENTE em Exercício: EDUARDO CAIRO CHILETTO
Conselheiro Titular: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheiro Titular: ALTAIR MEDEIROS; Conselheiro Titular: CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR; Conselheira Titular: ELIANE DE CAMPOS GOMES; Conselheiro Suplente: BENEDITO LIBÂNIO NETO; Conselheiro Suplente: MARDIO SILVA JÚNIOR; Conselheira Suplente: GISLAINE FABRIS; Conselheira Suplente: ANA PAULA BONADIO LOPES
1.2 EQUIPE DO CAU-MT: Gerente-Geral: LUCIMARA L. FLORIANO DA FONSECA; Secretaria-Geral: DINÉIA PINHEDO HERNANDES; Assistente Administrativo: THIAGO FERNANDO DA COSTA; Assistente Administrativo: JOSÉ PAULINO ROCHA JÚNIOR
2 ABERTURA DOS TRABALHOS – 1ª PARTE EXPEDIENTE: Às 08h15m após a verificação do quórum, o **VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** inicia a reunião, justificando a ausência do Presidente Wilson e solicita a execução do hino nacional. O **VICE-PRESIDENTE** faz a leitura da Pauta da reunião e comenta sobre a aprovação das Atas 60ª e 61ª e se há alguma sugestão o Conselheiro Benedito solicita que seu nome seja mencionado como Conselheiro Suplente nas Atas. O **VICE-PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a aprovação da Ata da 60ª (Janeiro/2017) da Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, sendo aprovada. O **VICE-PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a aprovação da Ata da 61ª (Fevereiro/2017) da Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, sendo aprovada. O **VICE-PRESIDENTE** faz a leitura dos extratos de correspondência e faz a leitura do Ofício recebido do CAU/BR sobre o convite para o curso *online* BIM para pequenos escritórios e sugere que se tenha um canal de comunicação para que os Conselheiros saibam sobre esses eventos; do Ofício do CAU/BR sobre o relatório preliminar de Auditoria do cumprimento da Lei de acesso à informação; Ofício da AGEM sobre convite para as Audiências Públicas de apreciação do diagnóstico que compõe o PDDI/RMVRC, como toda a programação dos eventos. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que o Conselheiro representante do CAU/MT na AGEM é o Presidente Wilson e relata que como o mesmo não poderá participar, delegou a sua presença. Aponta que esteve presente na primeira apresentação para acompanhar e cobrar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, pois geralmente são tratados apenas os passivos nos assuntos relacionados a Baixada Cuiabana e não se avaliam as potencialidades que são muitas. O Conselheiro aponta que a população é um fator de produção na Baixada, a questão da localização, da energia disponível, do gás e outras vantagens, no sentido de se colocar o Vale do Rio Cuiabá como o polo principal do Estado da verticalização da economia. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que haverá essa cobrança para que o plano seja integrado e não de obras para corrigir o passado. O Conselheiro **BENEDITO** comenta que participou também representando o Município de Cuiabá e acredita ser de extrema importância a participação do CAU e se coloca a disposição para participar das

1



48 reuniões em outros municípios e solicita o apoio do Conselho com o veículo. O Conselheiro
49 comenta que desde o início questionou sobre as 6 (seis) cidades, pois não tratam-se de regiões
50 metropolitanas de acordo com o termo Conurbações Cecas e sim, Cuiabá e Várzea Grande
51 apenas. Acredita que seja uma estratégia de desenvolvimento para essas cidades da Baixada
52 Cuiabana, sendo positivo. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta que em relação as cidades de
53 Livramento e Santo Antônio do Leverger seria um processo rápido de Conurbação, não se
54 restringindo a questão física, com uma série de problemas comuns, onde com a Região
55 Metropolitana auxiliaria nisso. O **VICE-PRESIDENTE** acredita ser de extrema importância essa
56 participação do CAU e questiona se algum outro Conselheiro gostaria de participar. Aponta que a
57 questão do carro ficará a disposição do Conselheiro Benedito para essas reuniões. O **VICE-**
58 **PRESIDENTE** retorna com os extratos de correspondências e faz a leitura do Ofício da ARSEC
59 sobre o convite para a reunião e que foi representada pela Arquiteta Kátia, onde teve como Pauta
60 a análise da planilha de composição tarifária do transporte coletivo urbano. O **VICE-PRESIDENTE**
61 solicita que seja apresentado ou enviado ao CAU o relatório dessa reunião para a CEPUA e que
62 seja estendido o convite para que a Arquiteta Kátia possa participar também dessas reuniões do
63 PDDI. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que essas representações podem ser solicitadas também
64 às Entidades de Classes e o Vice-Presidente acredita que essa Arquiteta e as Entidades devam
65 ser orientadas, pois os mesmos falarão em nome do CAU nessas reuniões, tendo a mesma
66 filosofia de trabalho da Gestão e da CEPUA. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que
67 qualquer Conselheiro pode orientar pelo Plano de Desenvolvimento positivamente. O **VICE-**
68 **PRESIDENTE** retoma a leitura dos extratos de correspondência com o Ofício do CAU/BR sobre o
69 envio da Declaração Negativa de Antecedentes Ético-disciplinares; o Ofício do Corpo de
70 Bombeiros sobre convite para reunião de aproximação com o CAU e outros órgãos e que será
71 representado pela Conselheira Eliane. O **VICE-PRESIDENTE** segue a Pauta com os relatos da
72 Presidência e comenta sobre a sua ida a Primavera do Leste/MT, solicitada pela Comissão de
73 Ensino e Formação. Aponta que fez uma palestra sobre o Código de Ética e fez uma
74 apresentação do CAU e da Arquitetura, sendo muito positiva e bem recebida pelos alunos. Relata
75 que o CAU foi convidado para participar da Semana de Arquitetura e Urbanismo da Universidade.
76 A Conselheira **ANA PAULA** relata que esse projeto é da Comissão de Ensino, que é o CAU
77 Universidades, onde em cada mês o Conselho vai até as Universidades fazer essas palestras,
78 onde em todas as Universidades do Estado já tiveram essas palestras do CAU. O Conselheiro
79 **BENEDITO** questiona qual seria o conteúdo desse projeto levado aos alunos e a Conselheira
80 **ANA PAULA** comenta que são abordados assuntos do que seria o CAU, sobre ética na profissão,
81 exercício profissional e Arquitetura em geral. O Conselheiro **ALTAIR** sugere que para essas
82 palestras poderia ser questionado se os outros Conselheiros têm interesse e a Conselheira **ANA**
83 **PAULA** comenta que quase todos os Conselheiros já participaram representando o CAU e que se
84 o Conselheiro Altair tiver interesse pode se manifestar, sem problemas. O Conselheiro **BENEDITO**
85 acredita ser importante essa definição institucional do CAU, pois ainda há um desconhecimento
86 das pessoas. A Conselheira **ELIANE** reafirma a importância do CAU Universidades com os alunos
87 para levar assuntos da ética e do exercício profissional, da legislação, para que o novo Arquiteto
88 inicie os trabalhos de maneira correta. O **VICE-PRESIDENTE** comenta sobre a reunião que
89 tiveram com o Presidente do Tribunal de Contas, sobre a proposta dos 141 Planos Diretores dos
90 Municípios, em parceria com o PNUD e a ONU, onde foram muito bem recebidos e parabenizados
91 pela ideia. Relata que o Tribunal verifica como os Municípios estão gastando o dinheiro e que
92 tendo um Plano Diretor efetivo, é possível direcionar o caminho para os gastos. Comenta que o
93 Tribunal de Contas solicitará uma reunião com todos, o CAU, o TCE, a Assembleia Legislativa e a
94 AMM, para que possam definir a consultoria aos Municípios na elaboração desses Planos. O
95 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que como Coordenador da CEPUA, não teve
96 conhecimento dessas reuniões e que gostaria de ser avisado, pois está dentro do que a CEPUA
97 preconiza. O **VICE-PRESIDENTE** se desculpa e comenta que não houve o tempo hábil para
98 avisá-lo e na próxima será convidado, pois é importante a participação da CEPUA no processo. O
99 Conselheiro **BENEDITO** acredita que deve ter uma união nas decisões e que as mesmas
100 precisam ser tratadas internamente, fortalecendo-as. O **VICE-PRESIDENTE** comenta que essa



101 ideia iniciou-se quando era Secretário da SECID, onde visitaram mais de 60 (sessenta)
102 municípios, sem projetos e diretrizes alguma, vivendo de repasses federais, sem ao menos terem
103 IPTU. Aponta que a SECID solicitou uma parceria com o PNUD para fazer essa consultoria aos
104 Municípios, mas que todo o trabalho de viagens, consultoria, elaboração de planos, o valor ficaria
105 em torno de um milhão de dólares. Comenta que não houve interesse desse projeto pelo novo
106 Secretário e que trouxe essa ideia para o CAU, com a busca de patrocinadores como o Tribunal
107 de Contas, a Assembleia Legislativa, pois possuem recursos que poderiam ser alocados. O **VICE-**
108 **PRESIDENTE** comenta que na CEPUA será trabalhada a forma que formatarão esse Plano
109 Diretor e acredita que o ideal é ter, além do Plano Municipal, um Plano Diretor Regional, mas isso
110 precisa ser amadurecido pela CEPUA. Aponta que o CAU não entrará com a parte financeira,
111 somente com a capacidade técnica de auxílio e orientação, espaço para as reuniões. O **VICE-**
112 **PRESIDENTE** aponta que esse trabalho que foi realizado pela SECID, deveria ter sido
113 acompanhado pelo CAU, pois sentiu-se sozinho dentro da Secretaria e o Conselheiro **JOSÉ**
114 **ANTÔNIO** comenta que esses pedidos nunca chegaram ao Conselheiro sobre apoio e que o CAU
115 estava preocupado com o Vice-Presidente. Relata que devem ser criadas estruturas de
116 planejamento permanente, contratando técnicos que fiquem nessas Prefeituras, sendo importante
117 para gerar resultados melhores. O **VICE-PRESIDENTE** segue com os comunicados das
118 Comissões e o Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que na CEPUA houve a leitura do Ofício
119 recebido da SECID sobre o VLT e que o trabalho e os trechos foram divididos entre os
120 Conselheiros, mas não houve o *quorum* suficiente na reunião para as apresentações. O
121 Conselheiro comenta que o CAU não se manifestou, pois não teve acesso ao projeto, tendo o
122 conhecimento somente quando o Secretário enviou. Aponta que sobre o Ofício do Certificado
123 LEED, deve haver uma outra solicitação, pois não houve a menção do responsável. A Conselheira
124 **ELIANE** comenta que na CEP houve uma solicitação para que o Setor de Comunicação trabalhe
125 com o MobiArq; a cobrança para que a Fiscalização faça as ações na rua, pois apenas a questão
126 burocrática está sendo realizada; o encaminhamento ao CAU/BR da implantação do QR Code. O
127 Conselheiro **BENEDITO** questiona quantos Fiscais trabalham no CAU e a Conselheira comenta
128 que são 3 (três) e que no Plano de Trabalho deles, há a parte da Fiscalização da rua, nas cidades,
129 que demandam custos, mas que não acontecem, pois não tem motorista. O Conselheiro
130 **BENEDITO** acredita que deve ser verificada a legalidade para dirigir, pois os Fiscais do CREA, da
131 Prefeitura, dirigem até moto, devendo ter uma determinação mais forte do CAU. O **VICE-**
132 **PRESIDENTE** comenta que conversou com o Presidente Wilson para que possa estar todos os
133 dias no Conselho, na sua ausência e fazer essa cobrança, sendo fundamental a presença dos
134 Vice-Presidentes no CAU. A Conselheira **ANA PAULA** faz o relato da CEF e que a Comissão fará
135 um primeiro encontro com os Coordenadores de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Estado e o
136 Coordenador da CEF-CAU/BR, para discussão do ensino de Arquitetura, principalmente a questão
137 do ensino a distância. O Conselheiro **CARLOS** sugere estender o convite a outras Entidades
138 também e a Conselheira **ANA PAULA** comenta que haverá a presença de professores e
139 estudantes também. A Conselheira relata que o projeto das Colações de Grau continuam
140 acontecendo. O Conselheiro **ALTAIR** faz o relato da CAF onde houve a análise do Organograma,
141 solicitação de reunião extraordinária para a aprovação da Prestação de Contas Anual e a
142 composição da Comissão Eleitoral que está em análise, sendo uma Comissão temporária, com a
143 previsão orçamentária para deslocamento e a viagem ao CAU/BR para treinamento. O
144 Conselheiro comenta que sobre a contratação do Motorista, da Jornalista e de um Assistente
145 Administrativo haverá um impacto na folha de pagamento e nos encargos e solicita que a CAF
146 faça o estudo desse impacto orçamentário. O **VICE-PRESIDENTE** comenta que essa questão do
147 Orçamento é muito importante e deve ser controlada sim. Relata que a Comissão de Ética e
148 Disciplina fez a primeira Audiência de Conciliação com os Arquitetos que faziam parte do plano da
149 TODIMO e a Conselheira **GISLAINE** comenta que também participou e que inicialmente foi
150 explicado o objetivo do CAU que é de orientação e não punição, o conhecimento do Código de
151 Ética. Aponta que a Audiência foi bem recebida, com 100% de conciliação, que será realizada na
152 forma de uma Palestra orientativa sobre Ética. A Conselheira **GISLAINE** aponta que o
153 comparecimento do denunciado nesta Palestra, extinguiria o processo, com comprometimento de



154 não reincidência dos atos. A Conselheira relata que foi muito satisfatória e importante essa
155 Audiência, sendo positivo os trabalhos. O **VICE-PRESIDENTE** aponta que os profissionais ficam
156 satisfeitos pelo CAU orientar, tendo outra Audiência marcada para o dia 31/03/2017 e as outras
157 para o próximo mês. Comenta que a Comissão deliberou uma reunião com todos os professores
158 do curso de Arquitetura das Universidades do Estado, para apresentação da Palestra sobre Ética.
159 A Conselheira **ELIANE** comenta que os profissionais liberais estão sendo mais atacados e que
160 observa que os professores das Universidades não respeitam os profissionais, principalmente na
161 questão de custos e projetos. Aponta que no último curso de Tabela de Honorários fez o convite
162 aos professores, mas ninguém compareceu, sendo lastimável, na sua opinião. O **VICE-**
163 **PRESIDENTE** comenta que fará a reunião na Universidade, para que não aconteçam essas
164 ausências e que poderá ter na reunião, esse direcionamento da Comissão de Exercício também.
165 O Conselheiro **BENEDITO** parabeniza a Comissão de Ética pela iniciativa e postura, sendo essa
166 uma questão muito complexa, em relação a fidelidade com os Arquitetos, devendo ser tratado com
167 muito cuidado e sutileza. Aponta que deve ser feita uma campanha de valorização profissional,
168 gerando trabalho e visão de mercado. Comenta que o CAU precisa ser mais contundente,
169 trazendo as legislações para o mercado e no caso da Tabela de Honorários os Estados têm suas
170 diferenças. Comenta que a Fiscalização na rua é muito importante, gerando oportunidade de
171 trabalho. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que na composição das Comissões, incumbiu-
172 se de ficar em 4 (quatro), dividindo com sua Suplente Manoela, mas a mesma pediu afastamento.
173 Aponta que nesse momento somente teria condições de participar da CEPUA e na CEP. O **VICE-**
174 **PRESIDENTE** questiona se a sua saída não prejudicaria o *quorum* das Comissões e o Plenário
175 comenta que não, sendo aprovado. O Conselheiro **ALTAIR** faz o relato da sua participação e do
176 Conselheiro Eduardo, no 10^a Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR,
177 que aconteceu na cidade de Aracaju/SE, nos dias 09 e 10 de Fevereiro de 2017. O Conselheiro
178 comenta que na palestra sobre Ética Contemporânea foram citadas diversas passagens dos
179 tempos históricos a nível mundial sobre o tema e que na sua opinião, não apresentou
180 possibilidades de mudanças e alterações após uma possível e ampla consulta com os
181 profissionais e a sociedade, com base jurídica. O Conselheiro **ALTAIR** entende que tudo deve
182 ficar como está, pois é juridicamente e politicamente correto. O Conselheiro relata que em relação
183 à definição de Plágio na Arquitetura e Urbanismo, foi feito um debate com todos os presentes,
184 apresentando sugestões para posterior aproveitamento. A Conselheira **ELIANE** comenta que
185 quando participou do Seminário da CEP, esta questão do Plágio, o CAU deve encaminhar ao
186 Ministério Público e depois de julgado, o Conselho analisa. O **VICE-PRESIDENTE** comenta que
187 essa questão de Plágio é muito complexa. O Conselheiro **ALTAIR** aponta que o Plano de Ação da
188 CED/BR para 2017 foi enviado via *e-mail* para todos os presentes e que houve uma apresentação
189 sobre Reserva Técnica, sendo muito eficiente sob o ponto de vista institucional, esclarecendo
190 diversas situações que envolvem o tema. Comenta que a apresentação foi resultado dos fóruns
191 que foram realizados com as CED's dos Estados da região sul do país. O Conselheiro relata que
192 após a conclusão desses fóruns foi formatada uma planilha, na qual foi feito um questionário
193 sobre ética, apontando itens, questões, infração; ficando bastante interessante para consulta se a
194 ação está infringindo o Código de Ética ou não. O Conselheiro comenta que o Código de Ética em
195 2020 será analisado para seguir ou não com ele, mas que de acordo com o Jurídico do CAU/BR
196 não haverá nenhuma alteração tão drástica. O Conselheiro **BENEDITO** comenta que mesmo que
197 haja a consulta pública, não tem esse acompanhamento e questiona como será feito pelos
198 profissionais como categoria, pois trata-se de uma questão totalmente conceitual. Relata que na
199 primeira Gestão, o Arquiteto Éder Bispo era o Coordenador, onde o mesmo cobrou por essa
200 discussão mais ampla e representativa. O **VICE-PRESIDENTE** acredita que trata-se da
201 proatividade do Conselho, sendo a deliberação para revisão vinda do CAU/BR, cabe esse
202 Chamamento Público aos CAU's UF, sendo uma falha da gestão anterior não trazer Seminários,
203 fazer um bate papo e abrir para discussões. Relata que o que sairia desses Seminários, seria
204 encaminhado ao CAU/BR para melhoramento, mas os CAU's UF também tem sua autonomia
205 para não concordar. O Conselheiro **ALTAIR** discorda do Vice-Presidente em relação ao
206 apontamento feito da gestão anterior, pois esse Seminário que o CAU/BR propõe e executa, já



207 tem uma formatação, tendo pouca participação dos profissionais e o **VICE-PRESIDENTE** comenta
208 que foi mal compreendido, mas que falou para o CAU/MT fazer Seminários não iguais ao do
209 CAU/BR, mas com a formatação local. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que não haverá nenhuma
210 alteração sobre o assunto mais comentado e principal, que seria os da RT, pois está na lei e os
211 profissionais devem ficar engajados nas Entidades de Classe e levar a proposta para alterar a lei.
212 O **VICE-PRESIDENTE** comenta que não trata-se apenas de RT, o Código de Ética, tendo muitos
213 outros elementos, como o respeito entre profissionais, entre contratante e contratado, entre
214 profissionais e Conselho. O Conselheiro **BENEDITO** comenta que as Plenárias podem ser mais
215 abertas, para uma maior participação dos profissionais e discussão. O Conselheiro **ALTAIR**
216 acredita que deveria haver um questionário no site sobre os pontos do RT e outros, para o
217 CAU/BR ter uma noção do percentual de profissionais que concordam ou não com a RT. O
218 Conselheiro **ALTAIR** finaliza com o relato da apresentação da Resolução de consolidação das
219 Resoluções de Ética e Disciplina, havendo um debate das propostas de alteração do texto final da
220 minuta e que será colocado no site para consulta pública. O Conselheiro **BENEDITO** faz o relato
221 sobre a reunião do CMDE, onde é o Conselheiro Titular representando o CAU, junto ao
222 Conselheiro José da Costa, sendo de extrema importância essa presença institucional. Aponta
223 que na Pauta foram definidas as datas das reuniões, foi discutido o número de composição das
224 Entidades e que solicitou uma vaga para as ASPAS, não tendo um parâmetro para esse número.
225 Houve a apresentação do EIV Templos Religiosos no Centro, que está a muito tempo como um
226 vazio urbano, tendo muitos desse tipo, não sendo aprovado no CMDE, apenas encaminhado à
227 Prefeitura. O Conselheiro **BENEDITO** comenta que fez um encaminhamento à SECID sobre a
228 questão do VLT nesses pontos do EIV/RIV e do cenário futuro. Aponta que houve a discussão
229 sobre as medidas mitigadoras e compensatórias, onde o Município entende que parte deve ser
230 compensatória, diminuindo os valores de investimento e se posicionou contra, pois mitigar não
231 tem valor. Relata que por unanimidade decidiram que o processo deve ir para a Câmara Técnica,
232 pois é uma área importante que está em um vazio. O Conselheiro aponta que houve a
233 apresentação do resumo orçamentário dos equipamentos comunitários e operação das medidas
234 mitigadoras, um processo do Comper, onde após o funcionamento que foram feitos o EIV e RIV e
235 a medida mitigatória era de uma reforma no Centro Comunitário. Comenta que o Município se
236 posicionou contra, pois nem todos esses Centros estão em áreas do Município, tendo alguns que
237 estão em áreas privadas, sendo remanejado a medida para recapeação e outras reformas. O
238 Conselheiro **BENEDITO** relata que o último item da Pauta foi sobre a nova composição do
239 Conselho, que não foi feita, sendo deixada para uma próxima reunião, com a solicitação de
240 revisão do Regimento. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que sobre a questão do EIV, RIV
241 e do Templo, verifica a importância do CAU ter acesso ao projeto e que no dia 29/03 haverá a
242 reunião da CEPUA com o técnico da SECID, pois a linha inverterá na Prainha, no caso do VLT.
243 Aponta que a ação mitigadora é reduzir e tem que ser feita no local, já a compensação em outro
244 local. **2ª PARTE – ORDEM DO DIA:** O Conselheiro **ALTAIR** faz o relato do processo de Prestação
245 de Contas do mês de Dezembro/2016 e comenta que após analisar os documentos anexados
246 neste processo, a Comissão constatou que em Dezembro de 2016, o CAU arrecadou
247 R\$151.960,00, enquanto que as despesas somam R\$306.048,00 e outros desembolsos de
248 R\$36.739,00. Aponta que em Dezembro/2016 houve um *deficit* de R\$166.694,00 e que apesar do
249 *deficit*, houve um *superavit* acumulado em 2016, no valor de R\$70.785,00. Comenta que fazendo
250 um comparativo com o mesmo período de 2015 foi verificado um *deficit* de R\$129.219,00 em
251 Dezembro/2015 e um *superavit* de R\$71.583,00 no acumulado de 2015. O Conselheiro **ALTAIR**
252 aponta que considerando os resultados apresentados neste balancete, referente ao mês de
253 Dezembro/2016, a Comissão recomenda a aprovação do mesmo. O **VICE-PRESIDENTE** coloca
254 em regime de votação, pela aprovação da Prestação de Contas do mês de dezembro de
255 2016/CAU/MT, na forma apresentada nos relatórios e na deliberação da CAF-83/2017, do
256 processo: 2017.01.001-FIN, que recomenda pela sua aprovação, sendo aprovado pela Plenária. O
257 **VICE-PRESIDENTE** relata que na próxima reunião será apresentado o relatório geral das contas,
258 o anual de 2016. O Conselheiro **ALTAIR** faz o relato sobre o reajuste salarial anual dos
259 funcionários, que foi analisado pelo Conselheiro Francisco, onde foi deliberado o percentual de

5



260 6,57% com base no acumulado do INPC/2016. O Conselheiro aponta que esse reajuste é feito
261 anualmente, sendo pago o valor retroativo ao mês de Janeiro/2017. O **VICE-PRESIDENTE** coloca
262 em regime de votação, a aprovação do Reajuste anual de salários dos funcionários do CAU/MT,
263 no valor de 6,57% (seis e cinquenta e sete por cento), com base no acumulado do INPC em
264 dezembro/2016, retroativo ao mês de janeiro de 2017, sendo aprovado. A Conselheira **ELIANE** faz
265 o relato da proposta de multas a serem aplicadas pelo CAU/MT, onde a Fiscalização apresentou
266 algumas opções de valores e a Comissão fez algumas considerações, seguindo a Resolução 22.
267 A Conselheira apresenta a Tabela com as multas, sendo analisada pela Plenária. O **VICE-**
268 **PRESIDENTE** aprovar os valores de multas a serem aplicadas por infrações à legislação que
269 regula o exercício da Arquitetura e Urbanismo, nos termos da Tabela de Valores das Autuações,
270 constantes no Anexo I desta Deliberação, sendo aprovada. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO**
271 propõe uma inversão das Pautas, se possível, colocando as informações dos Comunicados dos
272 Coordenadores para depois da Ordem do Dia, pois a Palavra Livre acontece antes. Aponta que a
273 Pauta tem que ser cumprida e se está muito longa, não se consegue cumprir os assuntos. O
274 **VICE-PRESIDENTE** comenta que o grande problema é não cumprir os 3 (três) minutos de fala de
275 cada Conselheiro e assim, se estendendo a reunião. Aponta que a Plenária é para decisão, tendo
276 que ser rápida e o Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** insiste que deva ter essa inversão. O **VICE-**
277 **PRESIDENTE** comenta que isso é Regimental. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que
278 entende que a função do CAU é promover a valorização profissional, sem briga entre os
279 profissionais. Aponta que a questão da RT, onde o termo se confundiu com a RRT, acredita que a
280 solução para os Arquitetos que dependem do escritório ou da atividade autônoma, seria a
281 consolidação do CAU, estando presente na atividade de Fiscalização, principalmente dos não
282 profissionais. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta que outro ponto seria da Resolução 51,
283 sendo fundamental a necessidade de discutir o Ato Arquitetônico, para especificar e definir o que é
284 Arquitetura e o que é Urbanismo. Comenta que na Medicina já aconteceu, com a definição do Ato
285 Médico e que a Resolução 51 tem alguns problemas, mas não cabe o CAU questionar. Comenta
286 que devem haver visitas as Prefeituras, orientando no sentido da criação de estrutura do
287 planejamento, com 2 (dois) ou 3 (três) Arquitetos cuidando do Urbanismo. O Conselheiro **JOSÉ**
288 **ANTÔNIO** aponta que deve haver uma briga também na questão da Tabela de Honorários, com
289 valores mínimos, inclusive a definição da hora técnica mais inferior, pois não pode cada um fazer
290 uma hora técnica. Relata que a partir desse preço mínimo, colocado na RRT, o CAU não
291 padronizará, dando esse apoio. O Conselheiro **BENEDITO** acredita que esse trabalho da
292 Comissão de Ensino, junto as Universidades, é fundamental. Aponta que observa um certo
293 desespero, pois o cliente procura um escritório com 2 (duas), 3 (três) propostas de valores,
294 fazendo que os Arquitetos abaixem mais os preços. Comenta que conseguiu definir o perfil dos
295 Arquitetos no Brasil, nas décadas de 80 e 90 era de um tipo e hoje em dia, houve um "plus de
296 luxo", mas as Entidades devem trabalhar para valorizar esse Ato. O **VICE-PRESIDENTE** comenta
297 que a missão do CAU é fiscalizar a profissão e que acredita que falta definir as prioridades,
298 questiona como deve ser realizada uma valorização profissional que funcione. A Conselheira
299 **ELIANE** aponta que seria focar na Fiscalização e o Vice-Presidente concorda e comenta que deve
300 haver um mecanismo para que as coisas aconteçam. Questiona se seria interessante gastar o
301 tempo da CEPUA na questão do VLT? Questiona se isso trataria de valorização profissional? O
302 **VICE-PRESIDENTE** comenta que não traria uma resposta rápida aos profissionais sobre isso,
303 devendo focar nas prioridades e que terminarão a Gestão sem entregar nenhum produto, devendo
304 serem mais claros na execução. O **VICE-PRESIDENTE** acredita que devem ser definidas as
305 ações prioritárias, pois está faltando foco, devendo ser marcada uma reunião com cada
306 Coordenador de Comissão e como vão trabalhar essa valorização, levando para uma Plenária
307 Ampliada com Titulares e Suplentes discutirem e definirem o que será realizado. A Conselheira
308 **ELIANE** comenta que na questão da Fiscalização, a Comissão pressiona a mesma a ir para a rua,
309 mas quem teria que gerir como as coisas funcionam, seria o Presidente e a Gerente Geral, pois os
310 trabalhos não andarão. A Conselheira **ELIANE** comenta que o CAU precisa sim, em relação ao
311 VLT, dar uma resposta para a sociedade. O Conselheiro **ALTAIR** aponta que em relação a
312 estipulação dos 3 (três) minutos, esclarece que para as apresentações é necessário um tempo



313 maior. O Conselheiro relata que imagina o CAU sempre em uma continuidade, como deveria ser
314 uma Prefeitura, um país em si, mas que as pessoas pensam no imediato, na própria Gestão e no
315 próprio Mandato. Aponta que no CAU, todos estão de passagem, em um momento de transição e
316 concorda que deve ser acelerado os trabalhos de execução, mas se no Planejamento estiver em
317 andamento a próxima Gestão terá obrigação de continuar. O Conselheiro **ALTAIR** acredita que
318 deve ser bem pensando, antes de começar o processo eleitoral, para se ter essa união e até
319 respeitando uma Chapa. Acredita que deve ser indagado os projetos dos Conselheiros Suplentes
320 e Titulares e se quiserem continuar, que seja formada uma Chapa, uma conversa com todos. O
321 Conselheiro **BENEDITO** concorda com o Vice-Presidente sobre a questão de serem mais
322 objetivos, tendo tempo de deixar um legado um pouco maior, criando ambientes mais produtivos e
323 que deve partir da Presidência esse planejamento. O Conselheiro comenta que dentro dessas
324 brigas internas que o Conselho passou, perdeu-se um espaço dentro do cenário político, pois
325 deve ser feita de maneira correta. O **VICE-PRESIDENTE** aponta que todos foram votados para
326 terem uma postura política, para desenvolver os trabalhos de Fiscalização e do Ensino
327 Profissional. O Conselheiro **CARLOS** solicita a autorização da CEPUA/MT para participar,
328 representando o Conselho, do Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, que será
329 realizado em Brasília/DF. O Conselheiro **BENEDITO** acredita ser importante essa democratização
330 na participação dos eventos entre os Conselheiros e que na Plenária anterior, o Conselheiro
331 Carlos solicitou ser o Coordenador de uma das Comissões, não tendo dado andamento. Aponta
332 que verifica a vontade que o Conselheiro Carlos tem em participar dos trabalhos, muitas vezes
333 esbarrando em práticas de não realização. Relata que como não houve manifestação em relação
334 ao Seminário, o Conselheiro Carlos poderá fazer essa representação. O **VICE-PRESIDENTE**
335 comenta que essa demanda deveria ter sido originada de uma Comissão e que não é contrário a
336 participação do Conselheiro Carlos, mas que não deve ser deliberado pelo Pleno. O Conselheiro
337 **ALTAIR** comenta que deve ser reservado um valor para esses Seminários, pois no ano passado
338 foi feito um planejamento para o Congresso e o EDIFICAR que não acontecerá, tendo essa verba
339 destinada para esses eventos. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** acredita que em relação a esses
340 comunicados deveria ter uma forma mais rápida de chegar as Comissões, devido o tempo. O
341 **VICE-PRESIDENTE** comenta que em relação ao Conselheiro Carlos, na próxima segunda-feira o
342 Conselho passa uma resposta sobre a solicitação. Nada mais havendo a relatar, o **VICE-**
343 **PRESIDENTE** em Exercício **EDUARDO CAIRO CHILETTO** declara encerrada a reunião às
344 12:02h, lavrando-se a presente Ata a Assistente Administrativo **EVELIZE DA SILVA BARBOSAXX**


Eduardo Cairo Chiletto

VICE-PRESIDENTE em Exercício do CAU-MT


Evelize da Silva Barbosa
Assistente Administrativo